

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 1.989, DE 2019

Dispõe sobre a utilização das taxas de controle de incentivos fiscais (TCIF) e de serviços (TS), devidas à SUFRAMA.

Autor: Deputado CAPITÃO ALBERTO NETO

Relator: Deputado LUIS MIRANDA

I - RELATÓRIO

RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei que dispõe sobre a utilização das taxas de controle de incentivos fiscais (TCIF) e de serviços (TS), devidas à SUFRAMA.

A proposição foi apresentada pelo deputado Capitão Alberto Neto (PRB/AM), no dia 03/04/2019.

Não há projetos apensados à proposição principal.

Em despacho, a Mesa Diretora distribuiu a matéria, nos termos do art. 139 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), à Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, à Comissão de Finanças e Tributação (mérito e art. 54 do RICD) e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54, RICD).

Trata-se de proposição sujeita à apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II. Regime de Tramitação: Ordinária (Art. 151, III, RICD).



Na Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e Amazônia (CINDRA), foi aprovado por unanimidade o Parecer do Relator, Deputado Sidney Leite.

Na Comissão de Finanças e Tributação (CFT), foi aprovado o Parecer pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação, do Relator, Deputado Sidney Leite, com voto contra dos Deputados Ênio Verri e Afonso Florence.

O feito vem agora a esta Comissão de Constituição Justiça e Cidadania (CCJC), na forma do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), para apreciação da sua constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa, não tendo sido apresentadas emendas no prazo regimental.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Compete a esta Comissão, consoante o art. 32, IV, “a”, e o art. 53, III, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, pronunciar-se quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, redação e técnica legislativa do Projeto de Lei em epígrafe.

Prescreve, ainda, o art. 54, I, ser terminativo o parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania no exame de matérias de sua competência.

Em relação à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, cabe ressaltar que o Projeto de Lei nº 1.989, de 2019, é perfeitamente constitucional, jurídico e regimental, podendo ingressar sem qualquer problema no nosso ordenamento jurídico, uma vez que observa as formalidades constitucionais relativas às competências legislativas da União, às atribuições do Congresso Nacional e à iniciativa legislativa (arts. 24, I, 48, I, 61 e 153, III, da Constituição Federal de 1988) e não viola qualquer Princípio ou



dispositivo constitucional, legal (art. 199, parágrafo único do Código Tributário Nacional – CTN) ou regimental.

Quanto à redação e técnica legislativa, observe-se que o Projeto de Lei nº 1.989, de 2019, apresenta um erro de redação, tendo em vista que do art. 2º, salta para o art.4º, omitindo o art. 3º.

Assim, em respeito às exigências da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, estamos apresentando uma emenda de redação para sanar esse problema. No mais, nada obsta que a proposição em tela ingresse no nosso ordenamento jurídico.

Ante o exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, boa redação e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 1.989, de 2019, com a emenda de redação em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputado LUIS MIRANDA
Relator

2021-16186



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luis Miranda
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD212872170600>



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**PROJETO DE LEI Nº 1.989, DE 2019**

Dispõe sobre a utilização das taxas de controle de incentivos fiscais (TCIF) e de serviços (TS), devidas à SUFRAMA.

EMENDA Nº

Dê-se ao Projeto de Lei nº 1.989, de 2019, a seguinte redação:

"Art. 1º Esta Lei trata da destinação de taxas cobradas pela SUFRAMA.

Art. 2º Os recursos provenientes da arrecadação da taxa de controle de incentivos fiscais – TCIF e da taxa de serviços – TS, instituídas pela Lei nº 13.451, de 16 de junho de 2017, serão destinados exclusivamente ao custeio e às atividades-fim da SUFRAMA.

§ 1º É vedada qualquer limitação de empenho e de movimentação financeira das despesas orçadas com os recursos da TCIF e da TS.

§ 2º A distribuição dos recursos que compõem o orçamento próprio da SUFRAMA será realizada de forma equitativa, nos termos de resolução a ser editada por seu Conselho de Administração.

§ 3º A arrecadação e a utilização das taxas referidas no caput deverão ser divulgadas pela Internet até o último dia do mês subsequente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala da Comissão, em de de 2021.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luis Miranda
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD212872170600>



Deputado LUIS MIRANDA
Relator

Apresentação: 20/10/2021 17:36 - CCJC
PRL 1 CCJC => PL 1989/2019

PRL n.1



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luis Miranda
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD212872170600>

